

CELULOSE IRANI S.A.

2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 2ª Emissão de Debêntures da CELULOSE IRANI S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: CELULOSE IRANI S.A.
- CNPJ/MF: 92.791.243/0001-03
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Odivan Carlos Cargnin
- Atividades: (i) a indústria e o comércio de celulose, papel, embalagem de papel em geral e seus derivados, bem como, a industrialização e comercialização da madeira; (ii) a administração de projetos de florestamento, reflorestamento e de serviços de silvicultura prestados por terceiros, necessários ao processo de industrialização de celulose, papel, embalagem de papel em geral e seus derivados, bem como à industrialização e comercialização da madeira; (iii) a fabricação e comercialização de móveis, painéis e artefatos em geral com predominância de madeira; (iv) a importação e exportação de produtos agrícolas ou industriais, especialmente madeira, celulose e papel, relacionados com o objeto social; (v) a indústria, comércio, importação e exportação de produtos resinosos e seus derivados e (vi) a fabricação e comercialização de carbonato de cálcio.

Características da Emissão

- Emissão: 2ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 30/11/2012
- Data de Vencimento: 30/11/2017
- Banco Escriurador: Itaú Corretora de Valores S.A.
- Banco Mandatário: Itaú Unibanco S.A.
- Código Cetip/ISIN: CELU12/ BRRANIDBS015
- Coordenador Líder: Banco Itaú BBA S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos captados por meio da Oferta Restrita serão empregados na plantação, extração, aquisição de madeira “in natura” e/ou de seus derivados diretamente de produtores

de madeira para produção de celulose, outras pastas e resinas, destinada a fabricação de papel, breu ou terebintina. Todos os derivados da madeira “in natura” adquiridos com os recursos das Debêntures deverão necessariamente ter sido produzidos pelas mesmas pessoas produtoras da madeiras “in natura”.

- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

1. **Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia:** (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/ 83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE, realizada em 18/11/2016, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Companhia, conforme segue: (i) parágrafo 1º do artigo 7º, referente à subscrição de ações para integralização em bens; (ii) parágrafo 1º do artigo 9º, em virtude de deliberação de exclusão da menção ao artigo 239 da Lei 6.404/76 por ser aplicável apenas a sociedades de economia mista; (iii) exclusão do Parágrafo 3º do artigo 11, uma vez que o parágrafo 1º do mesmo artigo já determina que o Presidente do Conselho de Administração terá o voto de desempate; (iv) ajuste da redação do parágrafo único do artigo 20 de modo a deixar claro que a ausência do depósito prévio da procuração não impede que o acionista participe da assembleia; (v) inclusão dos parágrafos 4º e 5º no artigo 39 para possibilitar a conversão de ações ordinárias em ações preferenciais e de ações preferenciais em ações ordinárias visando exclusivamente à formação de *Units*; e (vi) alteração do artigo 46 para prever a eficácia das disposições relativas às cláusulas mínimas para o ingresso da Companhia no Nível 2.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- Atividade Principal: 17.10-9-00 - Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel;
- Situação da Empresa: ativa;
- Natureza do Controle Acionário: privado;
- Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- **Situação Financeira**

- Liquidez Geral: de 0,53 em 2015 para 0,57 em 2016;
- Liquidez Corrente: de 0,99 em 2015 para 1,00 em 2016;
- Liquidez Seca: de 0,81 em 2015 para 0,85 em 2016;
- Giro do Ativo: manteve-se em 0,46 de 2015 para 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou uma redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 11,4% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também apresentou uma redução de 12,8% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou uma redução de 11,8% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante uma redução de 10,5% de 2015 para 2016, e uma variação negativa de 3,4% no índice de endividamento de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 1.000.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 100% do DI + 2,75% a.a
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Amortização:

30/11/2016 – R\$ 200.000,000000

Juros:

30/11/2016 – R\$ 68.673,308800

• POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 60

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 60

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: conforme item 4 acima;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.

6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. **Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão:** (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, a observar os limites e índices financeiros previstos no item 4.11.1, alínea “xxx” da Escritura de Emissão.

4) Covenants medidos

Item	31/12/2016
Dívida Líquida / EBITDA LTM	4,10
EBITDA LTM / Despesa financeira líquida	2,00

Adicionalmente informamos que em AGD, realizada em 27/12/2016, os Debenturistas aprovaram a dispensa, para o exercício social findo em 31/12/2016, do cumprimento do índice referente à relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA, mencionada no item 4.11.1, alínea “xxx” da Escritura, desde que o índice não seja superior a 4,30x no período acima indicado.

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie com garantia real.

As Debêntures contam com a(s) seguinte(s) garantia(s): (i) Cessão Fiduciária sobre a Conta Vinculada, conforme previsto na Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permanece(m) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

11. **Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período:** (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente**

fiduciário: (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	82.844	80.079	103.885	125.732
Contas a receber de clientes	6	153.644	135.277	154.227	135.854
Estoques	7	66.875	67.119	67.051	67.219
Tributos a recuperar	8	5.233	9.245	5.297	9.245
Dividendos a receber	12	4.400	-	-	-
Bancos conta vinculada	9	94.198	19.722	94.198	19.722
Outros ativos	10	19.482	19.293	19.629	19.413
Total do ativo circulante		426.676	330.735	444.287	377.185
NÃO CIRCULANTE					
Tributos a recuperar	8	2.392	3.066	2.392	3.066
Depósitos judiciais		1.849	1.370	1.947	1.475
Outros ativos	10	15.220	23.557	15.248	23.584
Partes relacionadas	19	-	1.154	-	1.154
Total do ativo realizável a longo prazo		19.461	29.147	19.587	29.279
Investimentos em controladas	12	255.357	272.231	-	-
Propriedade para investimento	13	34.839	35.332	18.644	19.137
Ativo biológico	15	69.696	92.870	235.407	261.559
Imobilizado	14.a	778.543	789.527	849.124	860.410
Intangível	14.b	112.367	110.486	112.902	111.021
Total do ativo não circulante		1.270.263	1.329.593	1.235.664	1.281.406
TOTAL DO ATIVO		1.696.939	1.660.328	1.679.951	1.658.591

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	16	266.926	195.620	266.926	195.620
Debêntures	17	31.114	21.248	31.114	21.248
Fornecedores	18	111.849	86.793	79.849	70.135
Obrigações sociais e previdenciárias		24.235	40.774	24.719	41.152
Obrigações tributárias		17.820	18.815	18.106	19.256
IR e CSLL a pagar		-	-	344	805
Parcelamentos tributários		2.008	2.192	2.011	2.222
Adiantamento de clientes		1.355	1.197	1.373	1.218
Dividendos a pagar		4.234	479	4.234	479
Outras contas a pagar		16.478	28.076	16.701	28.278
Total do passivo circulante		476.019	395.194	445.377	380.413
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	16	609.983	665.761	609.983	665.761
Debêntures	17	9.352	39.791	9.352	39.791
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	20	6.104	17.485	6.104	17.583
Parcelamentos tributários		204	1.918	204	1.920
Obrigações tributárias		10.538	10.298	10.538	10.298
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	139.548	133.266	153.192	146.197
Total do passivo não circulante		775.729	868.519	789.373	881.550
TOTAL DO PASSIVO		1.251.748	1.263.713	1.234.750	1.261.963
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	21.a	161.895	161.895	161.895	161.895
Reserva de capital		960	960	960	960
Reservas de lucros	21.e	154.829	160.731	154.829	160.731
Ajustes de avaliação patrimonial	21.f	127.507	73.029	127.507	73.029
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		445.191	396.615	445.191	396.615
Participação dos não controladores		-	-	10	13
Total do patrimônio líquido		445.191	396.615	445.201	396.628
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.696.939	1.660.328	1.679.951	1.658.591

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Anexo 2

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	23	769.805	747.123	776.795	758.758
Varição do valor justo dos ativos biológicos	15.a, 24	1.938	13.749	27.394	(6.450)
Custo dos produtos vendidos	24	(596.872)	(535.478)	(593.422)	(530.437)
LUCRO BRUTO		174.871	225.394	210.767	221.871
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Com vendas	24	(83.703)	(81.133)	(83.703)	(81.133)
Gerais e administrativas	24	(51.320)	(44.826)	(52.642)	(46.415)
Outras receitas operacionais	25	40.714	5.163	61.536	5.180
Outras despesas operacionais	25	(42.449)	(5.883)	(64.024)	(5.913)
Participação dos administradores	19	-	(55)	-	(55)
Resultado da equivalência patrimonial	12	35.130	(2.877)	-	-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		73.243	95.783	71.934	93.535
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	27	(110.419)	(95.495)	(107.046)	(92.573)
Receitas financeiras		36.537	32.292	39.932	35.228
Despesas financeiras		(146.956)	(127.787)	(146.978)	(127.801)
(PREJUÍZO) LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS		(37.176)	288	(35.112)	962
Imposto de renda e contribuição social corrente	26	2	(2)	(1.348)	(1.360)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	26.392	209	25.678	893
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(10.782)	495	(10.782)	495
Lucro/prejuízo atribuível a:					
Acionistas controladores		(10.782)	495	(10.782)	495
		(10.782)	495	(10.782)	495
(PREJUÍZO) LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ON - R\$	22	(0,0656)	0,0030	(0,0656)	0,0030
(PREJUÍZO) LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO PN - R\$	22	(0,0656)	0,0030	(0,0656)	0,0030

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Anexo 3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Celulose Irani S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Celulose Irani S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Celulose Irani S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Celulose Irani S.A. e da Celulose Irani S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável do ágio fundamentado em rentabilidade futura

Porque é um PAA

Focamos nossos trabalhos nessa área, pois a avaliação realizada pela administração da Companhia sobre o valor recuperável do ágio, oriundo da aquisição da Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A., que foi posteriormente incorporada pela Companhia, envolvem estimativas críticas e julgamento da administração, tanto pela previsão dos fluxos de caixa futuros, quanto pela determinação da taxa de desconto.

O valor recuperável obtido, por meio do cálculo do valor em uso, é sensível às imprecisões inerentes ao processo e aos julgamentos e premissas que, se alterados, poderão resultar em valores relevantes diferentes dos apurados pela Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

No contexto da auditoria das demonstrações financeiras, em relação ao valor recuperável do ágio, realizamos, entre outros, os procedimentos descritos a seguir.

Com o apoio de nossos especialistas internos em avaliação, checamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa, como crescimento e taxas de desconto, mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercados, e (iii) projeções de anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes.

Realizamos análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando diferentes intervalos e cenários de taxas de crescimento e de desconto, bem como efetuamos leitura das divulgações efetuadas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.

Valorização dos ativos biológicos

Porque é um PAA

Conforme descrito nas Notas 2 e 15 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas possuem ativos biológicos decorrentes do cultivo e plantio de florestas de pinus, avaliados a valor justo. A determinação do valor justo desses ativos envolve julgamentos críticos por parte da administração da Companhia, pois esse valor é determinado com base nos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetados, sensível às variações de preço, crescimento dos ativos biológicos, taxa de desconto, dentre outras e ao uso de diferentes técnicas de avaliação. Além disso, parte dessas premissas considera dados não observáveis de mercado. Variações nas premissas ou nas técnicas de avaliação utilizadas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes, com impacto no resultado do exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Realizamos, entre outros, os seguintes procedimentos:

Efetuamos entendimento e teste dos principais controles de avaliação e mensuração dos ativos biológicos, bem como análise do modelo utilizados para a estimativa do valor justo das florestas.

Com o apoio de nossos especialistas em valorização de ativos biológicos, avaliamos a razoabilidade da metodologia utilizada e a consistência das informações e premissas financeiras e econômicas utilizadas pela administração da Companhia para valorização desse ativo, mediante a comparação com: (i) preço de mercado da madeira, (ii) gastos efetivos com plantio, e (iii) projeções de anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes.

Realizamos análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando diferentes cenários de preços de madeira, gastos com plantio e taxas de descontos.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.

Alienação de floresta da Companhia e sua controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda.

Porque é um PAA

Conforme descrito na Nota 15 às demonstrações financeiras, a Companhia e sua controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. alienaram, em 2016, parte de suas florestas. O comprador das florestas outorgou opções de compras anuais à controladora da Companhia, que podem ser exercidas nos próximos 11 anos.

Consideramos essa transação como foco de auditoria pela complexidade envolvida na avaliação do tratamento contábil - florestas efetivamente alienadas ao comprador ou transação de empréstimo com as florestas dadas em garantia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

No contexto da auditoria das demonstrações financeiras, em relação ao julgamento efetuado pela administração de que se trata de uma transação de alienação de ativos, realizamos, entre outros, os procedimentos descritos a seguir.

Questionamos a administração se os principais riscos e benefícios de utilização desse ativo foram de fato transferidos para o comprador, bem como se não há outras condições relevantes incluídas na transação de outorga de opções de compras anuais à controladora da Companhia que pudessem descaracterizar a transação de alienação de ativos.

Ademais, cotejamos os contratos efetuados de (i) alienação da floresta e (ii) outorga de opções de compras anuais à controladora da Companhia com as respostas e evidências obtidas da administração, como acima.

Consideramos que as conclusões e divulgações da administração estão consistentes com os dados, informações e documentos obtidos em nossa auditoria.

Provisões e passivos contingentes

Porque é um PAA

Conforme mencionado na Nota 20 às demonstrações financeiras, A Companhia e suas controladas possuem, em 31 de dezembro de 2016, provisão para contingências que são mensuradas com base nas perdas prováveis estimadas nos respectivos processos.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento, para os quais não foram registradas provisões nas demonstrações financeiras, considerando que as perspectivas para perda foram avaliadas como possíveis pela administração, a partir de posições dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.

A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a

estimativa das perdas prováveis esperadas, envolve julgamentos críticos por parte da administração da Companhia, pois depende de eventos futuros que não estão sob o controle da administração. Nesse contexto, o andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos internos e externos, sendo que mudanças em jurisprudências podem fazer com que as estimativas da administração sofram alterações significativas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em resposta a esse assunto, avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com a provisão para contingências e os procedimentos adotados pela administração para determinação das provisões e suas respectivas divulgações.

Adicionalmente, obtivemos confirmações dos assessores jurídicos externos contemplando os prognósticos de perda para os principais processos, bem como a quantificação dos montantes estimados como perda possível e provável. Envolvermos nossos especialistas na área tributária para avaliarmos a razoabilidade das estimativas da administração e seus assessores jurídicos externos para determinados processos, considerando a evolução desses processos e a jurisprudência existente, quando aplicável.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para passivos contingentes, bem como as divulgações, estão consistentes com as informações recebidas ao longo da nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no

Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza

relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maurício Colombari
Contador CRC 1SP195838/O-3 "S" RS